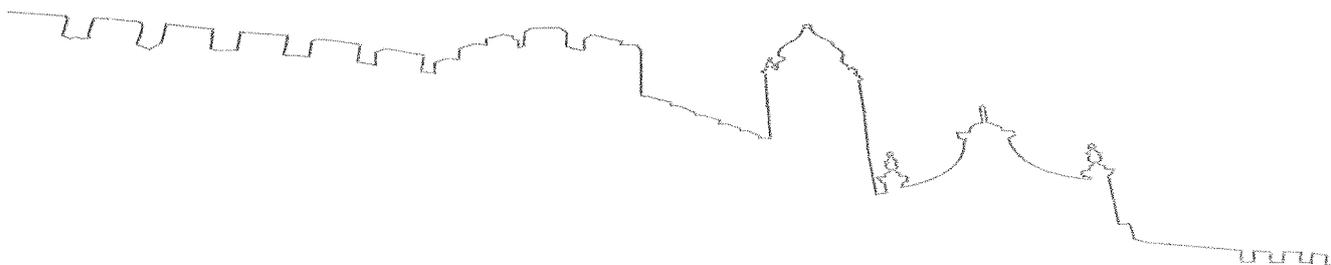


Introdução



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2014

I. Introdução

As mais recentes previsões económicas e financeiras do Governo, do Banco de Portugal e das mais variadas entidades nacionais e internacionais, apontam que o Ano de 2014, será marcado por graves constrangimentos orçamentais, tanto no sector público como privado, mantendo uma conjuntura económica e social negativa, cuja evolução deverá manter-se bastante indefinida.

Portugal, passa por um dos períodos mais negativos da sua história recente, com a manutenção da imperativa necessidade de prosseguir com os ajustamentos e reformas estruturais, com o redimensionamento do Estado e transformação estrutural da Economia, com um Governo obcecado por políticas de austeridade, amplamente discutíveis, como opção principal e única da sua estratégia de governação!

Como a maioria dos portugueses, também as autarquias são vítimas deste absurdo corte de financiamento das suas atividades e funções principais, sempre com acrescidas competências, delegadas sob a desculpa de uma falsa descentralização das funções do Estado, mas sem o correspondente reforço de transferência de verbas do Orçamento do Estado para a Administração local.

Ora, aos executivos das diversas autarquias, nada mais resta, que se renderem a esta contínua e progressiva diminuição de receitas próprias, reflexo da crise económica em que todos vivemos, bem como, assumir esta abrupta e deliberada redução das transferências da Administração Central.

No Município de Montemor-o-Velho, com o advento do resultado das últimas eleições autárquicas, o executivo camarário tem uma nova composição, uma nova estrutura política de governação, resultante de um acordo político de governação entre o Partido Socialista e a CDU.

A atual situação financeira da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho é caótica, de verdadeira e grave rutura, onde mesmo o programa assistencial denominado PAEL que aguarda visto do Tribunal de Contas, não é solução, antevendo-se como insuficiente e até ostensivamente inviável, como solução futura de saneamento financeiro da autarquia. A verdade, nua e crua, foi que o executivo anterior sentiu necessidade de recorrer ao mesmo, mas nada fez para o viabilizar, sequer para o assumir como solução consciente de um problema, pois continuou a assumir mais dívida e mais compromissos financeiros, não enquadráveis em tal pretendido saneamento financeiro. Por irresponsabilidade, ou de forma



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

intencional? Tudo leva a crer que será de tomar como verdadeira a segunda hipótese considerada!

Neste contexto, aspirava este executivo, assim constituído, naturalmente, neste importante instrumento político de gestão que é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014, refletir o seu programa eleitoral, acordos pós eleitorais, as suas legítimas ambições e estratégia política para o concelho.

No entanto, este Orçamento para 2014, bem como, as Grandes Opções do Plano, já estavam construídos, estruturados e delineados pelo anterior executivo, antes mesmo sequer do atual executivo iniciar a tarefa que lhes foi atribuída pelo resultado das últimas eleições! Não importa aqui averiguar se ganhou as eleições, este ou aquele partido político... Fosse qual fosse o partido ganhador, o executivo vencedor, não iria poder elaborar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o Ano de 2014 de forma autónoma, face a uma deliberada estratégia delineada pelo anterior executivo camarário!

A enorme dívida de curto prazo acumulada, o elevado montante de compromissos assumidos, principalmente nos últimos meses de mandato, denunciam claramente a estratégia do legado do anterior executivo para quem viesse a governar a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho em 2014. A natureza dos problemas encontrados com os projetos de obra em curso, com financiamento comunitário e sem financiamento definido, mas com compromissos assumidos (obras realizadas, contratualizadas ou não, sem visto do Tribunal de Contas e sem aprovação de candidatura a financiamento comunitário), revelam que o que era problemático e de dificuldade superior de execução foi deliberadamente empurrado para o final do Ano de 2013 e Ano de 2014, mesmo que tivesse programa e calendarização de execução perfeitamente definidos! Os prazos de execução correram o seu normal curso, mas a resolução dos problemas encontrados foi deferida para o futuro executivo que resultasse das eleições autárquicas!

Assim, as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, para o Ano de 2014, são da exclusiva responsabilidade do anterior executivo, em particular do seu Presidente de Câmara, que sempre assumiu em todos os mandatos a sua elaboração e planeamento estratégico.

Ao atual executivo, coube a ingrata tarefa da elaboração formal de tal documento, restando-lhe uma curtíssima margem de intervenção e de negociação, em particular no assumido corte e redução da despesa e na distribuição coerente e útil na reduzidíssima receita sobrança, após todas as contingências citadas anteriormente.

Ainda assim, o atual executivo, assume o documento daí resultante, vai cumprir a execução do mesmo no Ano de 2014, pois esse foi o mandato que lhe foi conferido pelos eleitores e



Municípios do seu concelho! Sempre que possível, na sua elaboração, foram claramente tomados como princípios orientadores o Rigor, a Exequibilidade e a Verdade nas opções tomadas.

Contrariamente aos Orçamentos e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal dos últimos anos, este tão importante instrumento de gestão política e financeira do Município, este documento elaborado formalmente pelo atual executivo, nada contém de propaganda política, falsas promessas à população, projetos irrealistas, manipulações duvidosas das dotações, encontrando-se profusa e amplamente fundamentado, por natureza do legado herdado do anterior executivo, bem como, das claras e objetivas inovações introduzidas e da responsabilidade, aí sim, exclusiva deste atual executivo.

É claramente assumido por este executivo, face à realidade que encontrou nesta Câmara Municipal, em particular ao nível operacional, das condições de trabalho dos seus trabalhadores, dos compromissos e dívidas anteriores, que se deveriam assumir as seguintes premissas:

- Redução da Despesa corrente;
- Abertura da dotação da Receita a todas as soluções possíveis para sustentar o pagamento efetivo das dívidas vencidas, compromissos e nova despesa proposta;
- Cumprimento integral de todos os projetos de obras com participação comunitária aprovada, por forma a evitar a todo o custo a devolução de todas as verbas já recebidas;
- Início de um programa de emergência na manutenção/reparação de todos os equipamentos, edifícios e infra-estruturas do Município, com lançamento e previsão de novos projetos de reduzido valor financeiro, com execução efetiva no Ano de 2014;
- Melhores condições de trabalho dos trabalhadores, com reforço importante da componente de formação e requalificação técnica, com execução efetiva no Ano de 2014;
- Disponibilização de recursos humanos e financeiros da autarquia para a promoção do emprego, captação de investimento privado no território, promovendo e incentivando candidaturas a financiamento comunitário, com a divulgação generalizada dos programas de incentivos comunitários;
- Início de um programa de abate e substituição de equipamentos, maquinaria e viaturas obsoletos, com início de execução no Ano de 2014;
- Execução de pequenos projetos, ao nível da prestação dos serviços públicos essenciais, de reduzido montante financeiro, mas de efetivo impacto na qualidade de vida da população;
- Otimização e simplificação do Mapa Orgânico e funcional da Câmara Municipal;



- Preparação do Município para acolher novos projetos, financiados ou não, e execução de anteriores projetos, com priorização estratégica de execução a partir do Ano de 2015, da exclusiva responsabilidade do atual executivo camarário.

Com todas estas condicionantes e premissas, a atividade do Município de Montemor-o-Velho, será fortemente influenciada e condicionada pela crise económica do País, pela atual situação das finanças municipais, concentração de projetos de execução complexa, com incumprimento de prazos propostos em candidaturas a fundos comunitários no Ano de 2014 e termo obrigatório no primeiro trimestre de 2015, sem exceção dos mesmos, o atual executivo, na sua limitada capacidade de intervenção, tentou antecipar os efeitos de tais condicionantes e constrangimentos neste documento. As alternativas não são muitas, mas não deixa de se anotar que a prioridade de ação municipal no próximo ano, passará por um controlo muito rigoroso e apertado da despesa corrente, a otimização dos recursos endógenos, bem como, numa motivação acrescida dos trabalhadores da autarquia, que se pretendem solidários e integrados na superação de tão difíceis tarefas que lhe vão ser cometidas, bem como, se pretende estabelecer as bases de um novo paradigma de relacionamento e cooperação institucional com o movimento associativo concelhio, instituições sociais e demais agentes económicos, que igualmente se pretendem implicar na superação, com sucesso e realização dos objetivos propostos neste documento para o ano de 2014.

